



RESULTADOS EM BR GAAP

INFORME DE RESULTADOS 2T14

31 de Julho de 2014



ÍNDICE

ANÁLISE GERENCIAL DOS RESULTADOS - BR GAAP

RESUMO DOS DADOS DO PERÍODO	03
AMBIENTE MACROECONÔMICO	04
ESTRATÉGIA	05
EVENTOS RECENTES E EVENTOS SUBSEQUENTES	06
PLANO DE OTIMIZAÇÃO DE CAPITAL	08
SUMÁRIO EXECUTIVO	09
RESULTADOS DO SANTANDER BRASIL	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL	10
BALANÇO PATRIMONIAL	14
NOSSAS AÇÕES	22
RATINGS	23
GESTÃO DE RISCOS	24
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E GOVERNANÇA CORPORATIVA	26
INFORMAÇÕES ADICIONAIS - BALANÇO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS GERENCIAIS	27
RECONCILIAÇÃO DO RESULTADO CONTÁBIL E DO RESULTADO GERENCIAL	30



RESUMO DE DADOS DO PERÍODO

A tabela abaixo reflete os resultados gerenciais. A reconciliação com o resultado contábil poderá ser observada nas páginas 30 e 31.

ANÁLISE GERENCIAL ¹ - BR GAAP	6M14	6M13	Var.	2T14	1T14	Var.
			6M14x6M13			2T14x1T14
RESULTADOS (R\$ milhões)						
Margem Financeira Bruta	13.686	15.096	-9,3%	6.686	7.000	-4,5%
Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	5.316	5.214	2,0%	2.683	2.633	1,9%
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.797)	(6.573)	-27,0%	(2.451)	(2.346)	4,5%
Despesas Gerais ²	(8.006)	(7.883)	1,6%	(4.032)	(3.974)	1,5%
Lucro Líquido Gerencial³	2.864	2.929	-2,2%	1.437	1.428	0,6%
Lucro Líquido Societário	1.046	1.110	-5,8%	528	518	1,8%
BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ milhões)						
Ativo total	494.200	468.050	5,6%	494.200	494.612	-0,1%
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	103.862	77.534	34,0%	103.862	96.242	7,9%
Carteira de crédito	226.299	218.053	3,8%	226.299	223.952	1,0%
Pessoa física	75.873	72.258	5,0%	75.873	75.588	0,4%
Financiamento ao consumo	36.851	37.021	-0,5%	36.851	37.421	-1,5%
Pequenas e médias empresas	31.264	35.582	-12,1%	31.264	31.873	-1,9%
Grandes empresas	82.312	73.192	12,5%	82.312	79.071	4,1%
Carteira de crédito ampliada ⁴	279.722	266.730	4,9%	279.722	275.185	1,6%
Captação de clientes ⁵	230.575	204.887	12,5%	230.575	223.467	3,2%
Patrimônio Líquido final ⁶	50.417	52.776	-4,5%	50.417	48.709	3,5%
INDICADORES DE DESEMPENHO (%)						
Retorno sobre o patrimônio líquido médio excluindo ágio ⁶ - anualizado	11,3%	11,4%	-0,1 p.p.	11,6%	11,2%	0,4 p.p.
Retorno sobre o ativo total médio excluindo ágio ⁶ - anualizado	1,2%	1,3%	-0,1 p.p.	1,2%	1,2%	0,0 p.p.
Índice de Eficiência ⁷	49,4%	45,2%	4,2 p.p.	49,5%	49,3%	0,2 p.p.
Índice de Recorrência ⁸	66,4%	66,1%	0,3 p.p.	66,5%	66,3%	0,3 p.p.
Índice de Basileia ⁹	17,9%	21,5%	-3,6 p.p.	17,9%	18,3%	-0,4 p.p.
INDICADORES DE QUALIDADE DA CARTEIRA (%)						
Índice de Inadimplência (acima de 90 dias)	4,1%	5,2%	-1,1 p.p.	4,1%	3,8%	0,3 p.p.
Índice de Inadimplência (acima de 60 dias)	5,2%	6,2%	-1,0 p.p.	5,2%	4,8%	0,4 p.p.
Índice de Cobertura (acima de 90 dias)	158,5%	132,1%	26,5 p.p.	158,5%	176,7%	-18,1 p.p.
OUTROS DADOS						
Fundos ¹⁰ (R\$ milhões)	154.183	144.413	6,8%	154.183	149.420	3,2%
Nº de Cartões de Crédito e Débito (mil)	55.703	50.207	10,9%	55.703	54.716	1,8%
Agências	2.237	2.393	(156)	2.237	2.255	(18)
PABs	1.212	1.322	(110)	1.212	1.220	(8)
Caixas eletrônicos - próprios ¹¹	15.858	17.528	(1.670)	15.858	16.479	(621)
Caixas eletrônicos - compartilhados (Banco 24H)	16.950	14.387	2.563	16.950	16.232	718
Total de Clientes (mil)	30.353	28.418	1.935	30.353	30.057	296
Funcionários	48.760	51.702	(2.942)	48.760	48.651	109

1. Exclui 100% da despesa de amortização do ágio, o efeito do hedge fiscal e outros ajustes, conforme descrito nas páginas 30 e 31.

2. Despesa administrativa exclui 100% da despesa de amortização do ágio. Despesa de pessoal inclui PLR.

3. Lucro Líquido Gerencial corresponde ao lucro líquido societário mais 100% da reversão da despesa de amortização do ágio, ocorrida no período. A despesa de amortização do ágio foi de R\$ 1.818 milhões, tanto no 1S14 como no 1S13, e de R\$ 909 milhões no 2T14 e 1T14.

4. Inclui outras operações com risco de crédito (debêntures, FDIC, CRI, notas promissórias, notas promissórias de colocação no exterior, ativos relacionados a atividades de adquirência e avais e fianças).

5. Inclui Poupança, Depósitos à vista, Depósitos a prazo, Debêntures, LCA, LCI e Letras Financeiras.

6. Exclui 100% do saldo do ágio (líquido de amortização), que no 2T14 foi R\$ 7.586 milhões, 2T13 R\$ 11.187 milhões e 1T14 foi R\$ 8.495 milhões.

7. Eficiência: Despesas Gerais / (Margem Financeira Bruta + Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias + Despesas Tributárias + Outras Receitas/Despesas Operacionais).

8. Recorrência: (Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias) / Despesas gerais.

9. Índice segundo critério do Banco Central.

10. De acordo com o critério da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

11. A redução observada nos caixas eletrônicos decorre, principalmente, do novo acordo de compartilhamento de caixas eletrônicos.



AMBIENTE MACROECONÔMICO

O desempenho do PIB no primeiro trimestre (último dado disponível), divulgado no mês de junho/14, mostrou alta de 1,9% em comparação com o mesmo trimestre em 2013. Com isso, o PIB nos últimos doze meses encerrados em março/14 foi de 2,5%. Os investimentos recuaram 2,1% no 1T14 sobre mesmo período do ano anterior, após registrar crescimento nos quatro trimestres de 2013. O consumo das famílias apresentou menor expansão no 1T14, de 2,2%. Pelo lado da oferta, o destaque positivo ficou por conta de serviços, que apresentou alta de 2,0% no primeiro trimestre do ano. Já o PIB industrial cresceu apenas 0,8% no período. Por fim, a agropecuária cresceu 2,8% no mesmo período, que pode ser explicada pelo desempenho de alguns produtos que possuem safra relevante no trimestre e pela produtividade. Contudo, os dados relativos ao segundo trimestre do ano apontam para desaceleração do crescimento econômico.

O IPCA alcançou 6,52% no acumulado em 12 meses terminados em junho de 2014, abaixo do observado em junho de 2013 (6,70%). Os preços de serviços continuam a exercer pressão inflacionária, reflexo da elevação do custo da mão de obra. Por outro lado, os preços regulados seguem atenuando esse movimento, uma vez que seguem abaixo da meta de 4,5%. Neste contexto, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) encerrou o ciclo de aumento da taxa básica de juros (Selic), ocorrido entre abril de 2013 até abril de 2014, e manteve a taxa Selic em 11,0% a.a. na reunião de 16 de julho de 2014. Esse movimento continua sendo refletido nas taxas cobradas pelos bancos. Em junho, a taxa média cobrada no crédito à pessoa física com recursos livres foi de 43,0% a.a. frente aos 34,8% a.a. em junho de 2013. O estoque de crédito avançou 11,8% nos doze meses encerrados em junho,

chegando ao patamar de R\$2,83 trilhões (56,3% do PIB). O crédito imobiliário, que cresce ao ritmo de 30,0% em doze meses, continua impulsionando o crédito e superando a taxa de expansão das demais modalidades.

Há uma tendência de desvalorização do real, dado uma melhora gradual nas economias avançadas. As exportações brasileiras mostraram ligeira queda de 0,6% no acumulado de 12 meses encerrados em junho, somando US\$ 238,3 bilhões, enquanto as importações registraram aumento de 2,0%, atingindo US\$ 235,1 bilhões. Apesar do crescimento mais forte das importações, o saldo da balança comercial ainda apresentou um resultado positivo de US\$3,1 bilhões, no mesmo período.

O déficit em transações correntes totalizou US\$81,2 bilhões, no acumulado de 12 meses até junho, enquanto o total de investimentos estrangeiros diretos (IED) no mesmo período foi de US\$63,3 bilhões. A taxa de câmbio encerrou junho em R\$2,20/US\$.

Nas contas públicas, o fraco ritmo de atividade e as isenções tributárias têm pesado negativamente sobre a arrecadação, e o superávit primário alcançou 1,52% do PIB nos 12 meses encerrados em maio de 2014. No mesmo período, a necessidade de financiamento do setor público atingiu 3,5% do PIB. A dívida líquida do setor público alcançou 34,6% do PIB ao final de maio e a dívida bruta alcançou, no mesmo período, 58,0% do PIB.

ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS

	2T14	2T13	1T14
Risco país (EMBI)	207	203	246
Câmbio (R\$/ US\$ final)	2,202	2,216	2,263
IPCA (em 12 meses)	6,52%	6,70%	6,16%
Taxa Selic - Meta (a.a.)	11,00%	8,00%	10,75%
CDI ¹	2,51%	1,79%	2,40%
Ibovespa (em pontos/fechamento)	53.168	47.457	50.415

1. Taxa efetiva no trimestre.



ESTRATÉGIA

O Banco Santander Brasil é um banco universal cuja orientação está voltada para as atividades do varejo.

Buscamos expandir nossos negócios por meio de:

- **Preferência e Vinculação:** produtos e serviços segmentados, simples e eficazes, que através de uma plataforma multicanal, buscam maximizar a satisfação de nossos clientes;
- **Recorrência e Sustentabilidade:** crescimento dos negócios com maior diversificação de receitas e gestão rigorosa de risco;
- **Produtividade:** intensa agenda de transformação produtiva alinhada com a transformação da indústria financeira;
- **Disciplina de Capital e Liquidez:** para conservar a solidez, enfrentar mudanças regulatórias e aproveitar oportunidades de crescimento.

Assim, para melhor atender às necessidades de nossos clientes, seguimos com propostas diferenciadas como a “Conta Santander Combinada”, para clientes do segmento pessoa física e o “Santander Select”, um novo segmento criado para oferecer um atendimento exclusivo e especializado aos clientes de alta renda. O Santander Brasil também inova com a implementação da “Conta Conecta”, uma nova solução, exclusiva do Santander, que combina os benefícios de uma conta corrente com um dispositivo que transforma Smartphones e Tablets em leitores de cartão, oferecendo a profissionais liberais, autônomos e microempresários recursos que permitirão incrementar os negócios desse público de forma simples, com conveniência e mobilidade.

Para 2014, com o intuito de complementar as ofertas de serviços, o Santander está focado em melhorar a experiência dos clientes nos Canais Eletrônicos (Central de Atendimento, Internet e Mobile Banking). Reformulamos o atendimento eletrônico da Central de Atendimento do Santander, com a proposta de torná-lo mais simples e acessível.

O Banco também segue incrementando sua atividade comercial. No segmento de cartões foi assinado o acordo

para aquisição das operações da GetNet e a parceria com a iZettle, que são passos importantes para ampliar sua participação local no segmento de Adquirência. Ademais, em maio de 2014 lançamos o Santander Pague Direto, uma parceria com a Ambev, empresa pertencente à maior indústria de bebidas do mundo. Esse novo produto oferece uma solução orientada para o Segmento de PMEs, permitindo aos estabelecimentos comerciais o pagamento de suas notas fiscais com a Máquina do Santander, de uma forma mais prática, rápida e segura. No segmento de financiamento de veículos o Banco mantém acordos com a Hyundai, Renault, Nissan e Volvo.

Outro aspecto importante da estratégia do Santander Brasil é a manutenção de níveis confortáveis de liquidez, cobertura e capital. Ao final de junho de 2014, a relação entre a carteira de empréstimos e a captação de clientes, alcançou 98,1% e o índice de cobertura atingiu 158,5%. O índice de Basileia do Santander ficou em 17,9%, mantendo a posição de banco de varejo mais capitalizado do Brasil.

No âmbito da sustentabilidade, a atuação do Santander segue pautada nos pilares da Inclusão Social e Financeira, Educação e Gestão, e Negócios Socioambientais. No programa de Microcrédito, o Santander ocupa uma posição de destaque entre os bancos privados. O Santander foi reconhecido pela 4ª Edição do **Prêmio BeyondBanking** na categoria **PlanetBanking** pelo **Programa Reduza e Compense CO2**, que consiste em oferecer a todas as pessoas através de uma ferramenta online, a oportunidade de dar sua contribuição à minimização dos impactos das mudanças climáticas.



EVENTOS RECENTES

OFERTA PÚBLICA DE AÇÕES

No dia 29 de abril de 2014, a Companhia publicou Fato Relevante para informar que seu acionista controlador indireto, Banco Santander, S.A., lançará uma oferta voluntária no Brasil e nos EUA para aquisição de até a totalidade das ações do Santander Brasil que não sejam de titularidade do Grupo Santander, as quais representam cerca de 25% do capital do Santander Brasil, com a entrega de ações do Grupo Santander em pagamento. Em decorrência da Operação, o Santander Brasil continuará a ser uma companhia aberta listada na BM&FBOVESPA, mas sairá do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA, passando a estar listado em seu segmento tradicional.

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

No dia 30 de abril de 2014, foram realizadas as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da companhia, onde foram deliberadas as seguintes matérias: Em AGO: (a) aprovação das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013; (b) destinação do lucro líquido do exercício de 2013; (c) eleição de novo membro para compor o Conselho de Administração da Companhia e confirmação da atual composição; (d) aprovação da remuneração global anual dos administradores e dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia. Em AGE: (a) aprovação a alteração do prazo para o pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio relativos ao exercício social de 2014; (b) aprovação da alteração do § 1º do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, para incluir o limite de ações do capital autorizado, em razão do processo de bonificação e grupamento aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de março de 2014; e (c) aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

No dia 9 de junho de 2014, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, onde foram deliberadas as seguintes matérias: (a) a saída da Companhia do segmento especial de negociação de valores mobiliários da BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros, denominado Nível 2 de Governança Corporativa; e (b) escolha da empresa especializada a ser contratada para elaboração de laudo de avaliação do valor econômico da Companhia, para fins da Oferta de Permuta e da consequente Saída do Nível 2.

PEDIDO DE REGISTRO DA OFERTA DE PERMUTA

No dia 13 de junho de 2014, a Companhia publicou Fato Relevante para informar que o Laudo de Avaliação

elaborado por N M Rothschild & Sons (Brasil) Ltda., em 10 de junho de 2014, para fins da oferta pública voluntária de permuta de certificados de depósitos de ações (“Units”), ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão da Companhia por Brazilian Depositary Receipts ou American Depositary Shares representativos de ações ordinárias do Banco Santander, S.A., foi devidamente encaminhado, para a: (i) Comissão de Valores Mobiliários - CVM; (ii) BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros; e (iii) U.S. Securities and Exchange Commission – SEC. Ademais, informou que o pedido de registro da Oferta de Permuta foi protocolado na CVM, na mesma data, nos termos da Instrução CVM 361/02, acima referida, conforme informações fornecidas pelo Santander Espanha.

VENDA DA SANTANDER SECURITIES SERVICES BRASIL DTVM S.A.

No dia 19 de junho de 2014, a Companhia publicou Comunicado ao Mercado para informar aos seus acionistas que foram assinados os documentos preliminares contendo os principais termos e condições da operação de venda do negócio de custódia qualificada, atualmente desempenhado pelo Santander Brasil, e da totalidade das ações de emissão da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (nova denominação social da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., em fase de aprovação pelo Banco Central do Brasil – BACEN), uma subsidiária do Santander Brasil. A Operação está inserida no contexto de uma parceria, no exterior, entre o Banco Santander, S.A., fundos do Warburg Pincus LLC, empresa líder de private equity, e o fundo soberano de Singapura Temasek. De acordo com os termos da parceria, Santander Espanha deterá 50% de uma sociedade holding que integrará a divisão de custódia das suas unidades da Espanha, Brasil e México. Os fundos do Warburg Pincus e Temasek deterão conjuntamente 50% da sociedade holding.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 25 de junho de 2014, a declaração e o pagamento, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2015, de Dividendos Intercalares da Companhia, no montante de R\$ 400.000.000,00.

EVENTOS SUBSEQUENTES

NOVO ACORDO DE ACIONISTAS DA TECNOLOGIA BANCÁRIA S.A. (“TECBAN”)

No dia 18 de julho de 2014, foi publicado Comunicado ao Mercado para informar que os principais bancos de varejo do país, dentre eles o Banco Santander (Brasil) S.A., por



meio de uma de suas subsidiárias, assinaram em 17 de julho de 2014, um novo Acordo de Acionistas da TECBAN (“Novo Acordo de Acionistas”). O Novo Acordo de Acionistas prevê que, em aproximadamente 4 anos contados de sua entrada em vigor, os acionistas deverão ter substituído parte de sua rede externa de Terminais de Autoatendimento (“TAA”) pelos TAAs da Rede Banco24Horas, que são e continuarão sendo geridos pela TECBAN, gerando aumento de eficiência, bem como, maior qualidade e capilaridade de atendimento a seus clientes. A entrada em vigor do Acordo de Acionistas está sujeita à algumas condições suspensivas, dentre elas, a aprovação dos órgãos reguladores competentes.

INVESTIMENTO NA IZETTLÉ DO BRASIL MEIOS DE PAGAMENTO S.A (IZETTLÉ DO BRASIL)

Em 18 de julho de 2014, o Banco passou a deter uma participação de 50% no capital social da iZettle do Brasil Meios de Pagamento S.A. (iZettle do Brasil), mediante um aporte de capital na sociedade no valor de R\$17.240 mil, o qual foi autorizado pelo Bacen em 3 de junho de 2014.

A iZettle do Brasil é uma empresa de origem sueca que atua no mercado de meios de pagamento, com o desenvolvimento e a distribuição de produtos e soluções de meios de pagamento. Essa parceria foi realizada no contexto de um acordo global firmado em dezembro de 2012 entre Banco Santander, S.A. (Espanha) e a iZettle na Suécia com o objetivo de criar uma atuação conjunta e coordenada nos diferentes mercados onde o Grupo Santander atua, dentre eles: Espanha, Brasil, Reino Unido e México.

Uma das soluções desenvolvidas pela iZettle do Brasil permite aos estabelecimentos comerciais aceitarem pagamentos com cartões, por meio de smartphones ou tablets, através de um leitor de cartões acoplado ao aparelho, convertendo-o assim em um POS (terminal de aceitação de cartões de crédito/débito). O objetivo da parceria é permitir ao Banco atuar no mercado brasileiro de aceitação de pagamentos com cartão com foco direcionado para microcomércios e pessoas físicas, com uma solução inovadora, segura e agregada a uma oferta simples.

AQUISIÇÃO DA GETNET TECNOLOGIA EM CAPTURA E PROCESSAMENTO DE TRANSAÇÕES H.U.A.H. S.A. (GetNet)

A aquisição da GetNet foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), em 3 de junho de 2014, e pelo Bacen, em 23 de julho de 2014. Em 31 de julho de 2014, ocorre a conclusão da aquisição e da reestruturação societária indicada no Fato Relevante de 7 de abril de 2014, quando o Banco Santander passa a ser detentor de 88,5% da totalidade do capital da Santander GetNet.

ASSOCIAÇÃO COM O BANCO BONSUCCESSO

No dia 31 de julho de 2014, a companhia publicou fato relevante para informar a celebração de um Contrato de Investimento com o Banco Bonsucesso S.A, por meio do qual concordaram em formar uma associação no setor de crédito consignado e cartão de crédito consignado (“JV”).

Uma vez atendidas as condições suspensivas, incluindo a aprovação das autoridades regulatórias competentes, o Banco Bonsucesso transferirá para a JV seu negócio de crédito consignado e de cartão de crédito consignado, e o Santander Brasil, através da Aymoré, investirá R\$ 460 milhões na JV e passará a ter uma participação no capital social da JV de 60% , tornando-se acionista controlador. O Banco Bonsucesso permanecerá com a parcela remanescente do capital social da JV (40%).

A JV será o veículo exclusivo do Banco Bonsucesso e de seus controladores para a oferta, no território brasileiro, de créditos consignados. O Santander Brasil continuará a originar operações de crédito consignado por meio de seus canais próprios de maneira independente. Por outro lado, a JV será o veículo do Santander Brasil para originar operações de crédito consignado fora de seus canais próprios.

A operação permitirá a criação de um canal externo estruturado com um sócio que detém expertise em crédito consignado e plataforma especializada a fim de garantir qualidade de produção e rentabilidade. Esta operação é uma continuidade da estratégia do Santander Brasil em crescer em crédito consignado.



PLANO DE OTIMIZAÇÃO DE CAPITAL

Em 26 de setembro de 2013¹, o Santander Brasil comunicou ao mercado um Plano de Otimização de seu Patrimônio de Referência, que previa as seguintes etapas:

I) RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS AOS ACIONISTAS

Em 01 de novembro de 2013 foi aprovada em assembleia geral extraordinária (AGE) a restituição de R\$ 6,0 bilhões de recursos aos acionistas, sem redução do número de ações, com pagamento em 29 de janeiro de 2014.

II) EMISSÃO DOS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 14 de janeiro de 2014, o Conselho de Administração aprovou a emissão de instrumentos na forma de notas (*Notes*), em moeda estrangeira, no valor equivalente à R\$ 6,0 bilhões, elegíveis a compor o nível I e nível II do patrimônio de referência. A emissão das *Notes* ocorreu em 29 de janeiro de 2014, sendo totalmente adquiridas pelos acionistas do Banco, com as seguintes características principais:

	Nível I	Nível II
Principal¹	US\$ 1,248 bi ou R\$ 3,0 bi	US\$ 1,248 bi ou R\$ 3,0 bi
Taxa de Juros ²	7,375%	6,000%
Vencimento	Perpétuo	29/1/2024
Pagamento dos Juros	Trimestral	Semestral

¹ Valores convertidos a taxa de câmbio de 27 de janeiro de 2014, de R\$ 2,4044 para US\$ 1,00.

² Taxa efetiva considerando o IR Fonte: 8,676% para o instrumento Nível I e 7,059% para o instrumento Nível II.

Para fins contábeis, na ausência de regra contábil específica emitida pelo Banco Central do Brasil aplicável aos novos instrumentos elegíveis a compor o capital regulatório, o Santander Brasil aplicou, no 1T14, os padrões internacionais de contabilidade, normatizados no Brasil pela Comissão de Valores Mobiliários através da Deliberação CVM nº 604/09 que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 39. Desta forma, os juros das *Notes* elegíveis a nível I foram registrados no 1T14 em contrapartida do patrimônio líquido.

No entanto, uma vez que o CPC 39 – Instrumentos Financeiros, não foi recepcionado pelo Conselho Monetário Nacional, o mesmo não pode ser aplicado às instituições financeiras, conforme entendimento expresso do Banco

Central do Brasil. Assim, no 2T14, os juros das *Notes* elegíveis a nível I foram registrados em contrapartida do resultado do período.

IMPACTO DA REESTRUTURAÇÃO DE CAPITAL NAS CONTAS DE RESULTADO:

Os impactos relacionados ao Plano de Otimização do Patrimônio de Referência compreendem: a emissão dos instrumentos de capital (nível I e nível II) e o *hedge* cambial.

Considerando a taxa de câmbio constante² e as taxas de juros das *Notes* de nível I e II, descritas na tabela anterior, acrescidas do Imposto de Renda, o impacto mensal dos juros contabilizados contra a margem financeira é de aproximadamente R\$ 73,1 milhões, e R\$ 43,9 milhões no Lucro Líquido. Para o segundo trimestre de 2014, o impacto foi de aproximadamente R\$ 219,3 milhões na margem financeira, e R\$ 131,6 milhões no lucro líquido. Adicionalmente, considerando os juros das *notes* do nível I contabilizados no 1T14 contra patrimônio líquido – o impacto nas contas de resultados no 2T14 totalizou R\$ 261,5 milhões na margem financeira, e R\$ 173,8 milhões no Lucro Líquido.

III) BONIFICAÇÃO E GRUPAMENTO DE AÇÕES

No dia 23 de abril de 2014 a Companhia publicou Aviso aos Acionistas para comunicar que o Banco Central do Brasil homologou a ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de março de 2014, que aprovou a bonificação e grupamento de ações, e o ajuste na composição das Units. Esses eventos foram implementados no dia 02 de junho de 2014.

1) Para maiores detalhes consultar fato relevante de 26/09/2013 e aviso aos acionistas de 07/01/2014 e 14/01/2014 no site de Relações com Investidores.

2) Taxa de câmbio de referência: R\$ 2,4044 para US\$ 1,00, de 27 de janeiro de 2014.



SUMÁRIO EXECUTIVO

O lucro líquido gerencial¹ do Santander totalizou R\$ 2.864 milhões no primeiro semestre de 2014, com redução de 2,2% em doze meses e aumento de 0,6% no trimestre. O resultado antes de impostos totalizou R\$ 3.447 milhões no mesmo período, com alta de 7,8% em doze meses e redução de 3,0% no trimestre. O patrimônio líquido, excluindo R\$ 7.586 milhões referentes ao saldo de ágio, somou R\$ 50.417 milhões em junho de 2014. O retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) ajustado pelo ágio atingiu 11,3% no primeiro semestre de 2014, redução de 0,1 p.p. em doze meses e aumento de 0,4 p.p. no trimestre.

As despesas gerais somaram R\$ 8.006 milhões no primeiro semestre de 2014, alta de 1,6% em doze meses (ou R\$ 123 milhões), apresentando uma evolução inferior à inflação do período. No trimestre, os gastos apresentaram crescimento de 1,5%. O índice de eficiência atingiu 49,4% no primeiro semestre de 2014, alta de 4,2 p.p. em doze meses e 0,2 p.p. no trimestre.

Indicadores de Solidez: o índice de Basileia alcançou 17,9%, em junho de 2014, com redução de 3,7 p.p. em doze meses e 0,4 p.p. no trimestre. O índice de cobertura (acima de 90 dias) atingiu 158,5% em junho de 2014.

A carteira de crédito total somou R\$ 226.299 milhões em junho de 2014, com crescimento de 3,8% em doze meses e 1,0% no trimestre. No trimestre, a variação do Real frente ao Dólar, impactou a carteira de crédito em moeda estrangeira, que inclui também as operações indexadas em Dólar. Desconsiderando o efeito da variação cambial, a carteira total apresentaria crescimento de 1,4% no período.

A carteira de crédito ampliada, que inclui as outras operações com risco de crédito, ativos de adquirência e avais e fianças, somou R\$ 279.722 milhões em junho de 2014, com crescimento de 4,9% em doze meses e 1,6% no trimestre.

O crédito à pessoa física totalizou R\$ 75.873 milhões ao final de junho de 2014, registrando alta de 5,0% (ou R\$ 3.614 milhões) em doze meses e 0,4% no trimestre. Os produtos que explicaram o aumento da carteira no período de doze meses foram o crédito imobiliário e cartões.

A carteira de financiamento ao consumo, que é originada fora da rede de agências, totalizou R\$ 36.851 milhões em

junho de 2014, com redução de 0,5% em doze meses (ou R\$ 171 milhões) e redução de 1,5% no trimestre.

A carteira de pequenas e médias empresas totalizou R\$ 31.264 milhões ao final de junho de 2014, com redução de 12,1% em doze meses (ou R\$ 4.318 milhões) e 1,9% no trimestre.

A carteira de crédito de Grandes Empresas somou R\$ 82.312 milhões, com crescimento de 12,5% em doze meses (ou R\$ 9.120 milhões) e 4,1% no trimestre. A evolução dessa carteira, em três meses, foi impactada pelo efeito da variação cambial. Excluindo este efeito, a carteira teria apresentado crescimento de 5,0% no trimestre.

O total de captações com clientes alcançou R\$ 230.575 milhões em junho de 2014, com alta de 12,5% em doze meses e 3,2% no trimestre. As captações totais, que incluem fundos², atingiram R\$ 400.443 milhões, com crescimento de 7,9% em relação ao mesmo período de 2013 e 2,5% no trimestre.

1. Lucro líquido Societário + reversão de 100% da despesa de amortização do ágio;
2. De acordo com o critério ANBIMA.



ANÁLISE GERENCIAL DOS RESULTADOS

A seguir apresentamos a análise dos resultados gerenciais.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL¹ (R\$ Milhões)

	6M14	6M13	Var. 6M14x6M13	2T14	1T14	Var. 2T14x1T14
Margem Financeira Bruta	13.686	15.096	-9,3%	6.686	7.000	-4,5%
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.797)	(6.573)	-27,0%	(2.451)	(2.346)	4,5%
Margem Financeira Líquida	8.889	8.523	4,3%	4.235	4.654	-9,0%
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	5.316	5.214	2,0%	2.683	2.633	1,9%
Despesas Gerais	(8.006)	(7.883)	1,6%	(4.032)	(3.974)	1,5%
Despesas de Pessoal+PLR	(3.547)	(3.488)	1,7%	(1.788)	(1.760)	1,6%
Outras Despesas Administrativas ²	(4.459)	(4.395)	1,4%	(2.244)	(2.214)	1,3%
Despesas Tributárias	(1.548)	(1.526)	1,4%	(782)	(767)	1,9%
Resultados de Participações em Coligadas e Controladas	0	5	n.a.	0	(0)	n.a.
Outras Receitas / Despesas Operacionais ³	(1.250)	(1.335)	-6,4%	(444)	(806)	-44,9%
Resultado Operacional	3.401	2.998	13,5%	1.661	1.741	-4,6%
Resultado não operacional	45	199	-77,2%	37	9	n.a.
Resultado antes de Impostos	3.447	3.197	7,8%	1.697	1.749	-3,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(499)	(131)	n.a.	(230)	(269)	-14,4%
Participações dos Acionistas Minoritários	(83)	(138)	-39,4%	(30)	(53)	-43,0%
Lucro Líquido do Período	2.864	2.929	-2,2%	1.437	1.428	0,6%

1. Exclui 100% da despesa de amortização do ágio, o efeito do hedge fiscal e outros ajustes, conforme descrito nas páginas 30 e 31.

2. Despesa administrativa exclui 100% da despesa de amortização do ágio.

3. Inclui Receita Líquida de Prêmios, Renda de Previdência e Capitalização

MARGEM FINANCEIRA

A margem financeira bruta, incluindo resultado de operações financeiras, atingiu R\$ 13.686 milhões no primeiro semestre de 2014, queda de 9,3% em relação ao mesmo período do ano anterior e 4,5% no trimestre.

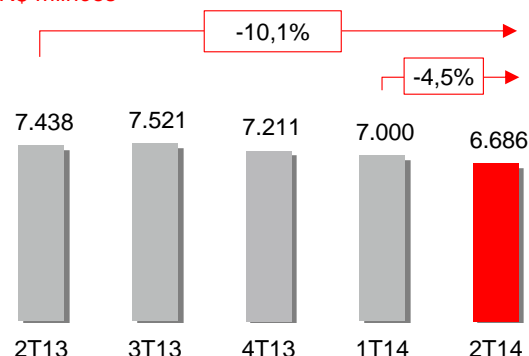
As receitas oriundas das operações de crédito apresentaram queda de 5,0% (ou R\$ 569 milhões) em doze meses. No mesmo período, o volume médio da carteira de crédito cresceu 5,1%. A queda das receitas observada em doze meses continua refletindo a redução do spread médio da carteira, que está associada, principalmente, à mudança de *mix*, onde a participação dos produtos de menores spreads / riscos vem mostrando crescimento no portfólio de crédito.

No trimestre, as receitas das operações de crédito mostraram redução de 0,3% (ou R\$ 16 milhões), em função, principalmente, do menor ritmo de atividade comercial. Nos últimos dois trimestres o spread médio da carteira ficou relativamente estável, com pequenas variações (+10bps no 1T14 e -12bps no 2T14) o que sinaliza uma tendência de normalização, quando comparado a variação média dos spreads no mesmo período de 2013, período em que tivemos quedas mais pronunciadas.

As receitas de depósitos apresentaram aumento de 26,6% em doze meses e 3,1% no trimestre.

A linha de "Outros", que considera o resultado do gap estrutural de taxa de juros do balanço, as receitas com clientes em atividades de tesouraria, entre outros, apresentou queda de 29,9% (ou R\$ 971 milhões) em doze meses e 23,8% no trimestre. As variações em ambos os períodos foram impactadas por menores ganhos de atividades com o mercado. Adicionalmente, cabe mencionar que esta linha foi impactada no primeiro semestre de 2014 pelo plano de otimização de capital, em aproximadamente R\$ 365,5 milhões, explicando parte da variação no período (para maiores detalhes consultar a página 8 deste relatório). Se excluíssemos o efeito do plano de otimização de capital, a margem financeira bruta teria apresentando redução de 6,9% em doze meses e de 2,2% no trimestre.

Margem Financeira Bruta R\$ milhões





MARGEM FINANCEIRA BRUTA (R\$ Milhões)	6M14	6M13 6M14x6M13	Var.	2T14	1T14	Var. 2T14x1T14
Margem Financeira Bruta	13.686	15.096	-9,3%	6.686	7.000	-4,5%
Créditos	10.791	11.360	-5,0%	5.387	5.403	-0,3%
Volume médio	221.393	210.671	5,1%	221.183	221.603	-0,2%
Spread (a.a.)	9,8%	10,9%	-1,05 p.p.	9,8%	9,9%	-0,12 p.p.
Depósitos	617	488	26,6%	313	304	3,1%
Volume médio	127.021	119.927	5,9%	127.105	126.936	0,1%
Spread (a.a.)	1,0%	0,8%	0,16 p.p.	1,0%	1,0%	0,02 p.p.
Outros¹	2.278	3.249	-29,9%	985	1.293	-23,8%

1. Inclui outras margens e Resultado de Operações Financeiras.

COMISSÕES - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS BANCÁRIAS

As receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias somaram R\$ 5.316 milhões no primeiro semestre de 2014, alta de 2,0% em doze meses (ou R\$ 102 milhões) e 1,9% no trimestre. Cabe destacar que a evolução das comissões em doze meses está impactada por dois eventos, relacionados às comissões de seguros e à venda da Santander Brasil Asset Management, que mencionaremos a seguir. Se excluíssemos estes dois eventos, as comissões cresceriam 8,0% em doze meses.

As comissões com cartões totalizaram R\$ 1.648 milhões no primeiro semestre de 2014, crescimento de 9,9% em doze meses (ou R\$ 148 milhões) e 0,8% no trimestre.

As comissões com serviços de conta corrente atingiram R\$ 912 milhões no primeiro semestre de 2014, crescimento de 5,0% em doze meses (ou R\$ 44 milhões) e queda de 1,3% no trimestre.

As comissões com operações de crédito somaram R\$ 586 milhões no primeiro semestre de 2014, crescimento de 1,3% em doze meses (ou R\$ 8 milhões) e 8,9% no trimestre.

As comissões com cobrança e arrecadação somaram R\$ 449 milhões no primeiro semestre de 2014, crescimento de 16,8% em doze meses (ou R\$ 64 milhões) e 8,4% no trimestre.

As comissões com seguros somaram R\$ 849 milhões no primeiro semestre de 2014, redução de 7,3% em doze meses (ou R\$ 66 milhões) e 1,6% no trimestre. A variação em doze meses está impactada, principalmente, pelo efeito sazonal das renovações de apólices, que se concentravam no início do ano e, a partir de 2013, passaram a ser reconhecidas em dezembro, conforme mencionamos no Informe de Resultados do 4T13. Desta forma, se excluíssemos esse efeito, as comissões com seguros cresceriam 10,9% em doze meses.

Adicionalmente, a redução observada na linha de Receitas de Administração de Fundos, Consórcios e Bens, de 19,1% em doze meses, decorre da execução da venda das atividades de gestão de ativos da Santander Brasil Asset Management. Se desconsiderássemos este evento, esta linha cresceria 6,7% em doze meses. No trimestre as receitas de administração de fundos, consórcios e bens cresceram 2,4%.

RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS BANCÁRIAS (R\$ Milhões)	6M14	6M13 6M14x6M13	Var.	2T14	1T14	Var. 2T14x1T14
Cartões ¹	1.648	1.500	9,9%	827	821	0,8%
Comissões de Seguros	849	916	-7,3%	421	428	-1,6%
Serviços de Conta Corrente	912	868	5,0%	453	459	-1,3%
Receitas de Administração de Fundos, Consórcios e Bens	477	590	-19,1%	241	236	2,4%
Operações de Crédito e Garantias Prestadas ²	586	578	1,3%	305	280	8,9%
Cobrança e Arrecadações	449	384	16,8%	233	215	8,4%
Serviços de Corretagem, Custódia, Colocação de Títulos	256	257	-0,6%	128	128	0,0%
Outras ²	139	120	15,8%	73	66	10,8%
Total	5.316	5.214	2,0%	2.683	2.633	1,9%
Receitas de Prestação de Serviços Totais (normalizado)³	5.316	4.921	8,0%	2.683	2.633	1,9%

1. Inclui comissões com serviços de aquisição líquidas dos valores repassados a títulos de intercâmbio.

2. A partir do 4T13 reclassificamos as rendas de garantias prestadas de "outras" comissões para "operações de crédito". Para melhor comparabilidade, esta reclassificação também está refletida nos períodos anteriores.

3. Exclui efeito sazonal de seguros e o impacto da execução da venda das atividades de gestão de ativos da Santander Brasil Asset Management.



DESPESAS GERAIS (ADMINISTRATIVAS + PESSOAL)

As despesas administrativas e de pessoal, excluindo depreciação e amortização, somaram R\$ 7.120 milhões no primeiro semestre de 2014, alta de 2,3% em doze meses (ou R\$ 160 milhões) e 1,2% no trimestre.

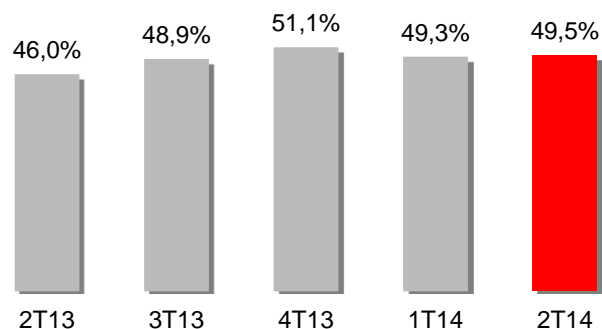
As despesas com pessoal, incluindo PLR, somaram R\$ 3.547 milhões no primeiro semestre de 2014, alta de 1,7% em doze meses (ou R\$ 60 milhões) e 1,6% no trimestre.

As despesas administrativas, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R\$ 3.573 milhões no primeiro semestre de 2014, alta de 2,9% em doze meses (ou R\$ 100 milhões), em razão de maiores despesas com “serviços técnicos especializados e de terceiros”, “serviços do sistema financeiro” e “processamento de dados”. No trimestre, as despesas administrativas apresentaram alta de 0,9%, em função, principalmente, de maiores despesas com “propaganda, promoções e publicidade”.

As despesas de depreciação e amortização totalizaram R\$ 886 milhões no primeiro semestre de 2014, com queda de 3,9% em doze meses (ou R\$ 36 milhões) e aumento de 3,3% no trimestre.

As despesas gerais, incluindo depreciação e amortização, apresentaram crescimento de 1,6% (ou R\$ 123 milhões) em doze meses, apresentando uma evolução inferior à inflação do período, e 1,5% no trimestre. Este desempenho reflete os esforços do Santander no controle de gastos. O índice de eficiência atingiu 49,5% no segundo trimestre de 2014, aumento de 0,2p.p. em três meses.

Índice de Eficiência %



ABERTURA DE DESPESAS (R\$ Milhões)

	6M14	6M13	Var. 6M14x6M13	2T14	1T14	Var. 2T14x1T14
Serviços técnicos especializados e de terceiros	1.153	1.100	4,8%	578	575	0,5%
Propaganda, promoções e publicidade	163	175	-7,0%	90	73	22,5%
Processamento de dados	659	630	4,6%	331	329	0,7%
Comunicações	283	309	-8,4%	139	144	-3,2%
Aluguéis	365	359	1,6%	180	184	-2,2%
Transporte e viagens	97	103	-5,4%	51	46	10,1%
Segurança e vigilância	307	279	9,7%	149	158	-5,6%
Manutenção e conservação de bens	100	95	4,6%	52	48	7,1%
Serviços do Sistema Financeiro	192	161	18,8%	95	96	-0,8%
Água, Energia e Gás	84	83	1,4%	39	45	-14,4%
Material	39	50	-22,3%	20	19	7,2%
Outras	132	128	3,4%	70	62	14,3%
Subtotal	3.573	3.473	2,9%	1.794	1.779	0,9%
Depreciação e amortização ¹	886	922	-3,9%	450	436	3,3%
Total Despesas Administrativas	4.459	4.395	1,4%	2.244	2.214	1,3%
Remuneração ²	2.292	2.214	3,5%	1.161	1.130	2,7%
Encargos	634	650	-2,5%	310	324	-4,2%
Benefícios	578	567	2,0%	291	288	0,9%
Treinamento	31	49	-37,3%	19	12	66,1%
Outras	13	8	63,6%	7	6	10,4%
Total Despesas com Pessoal	3.547	3.488	1,7%	1.788	1.760	1,6%
DESPESAS ADMINISTRATIVAS + DESPESAS DE PESSOAL (exclui deprec. / amortização)	7.120	6.960	2,3%	3.582	3.538	1,2%
TOTAL DESPESAS GERAIS	8.006	7.883	1,6%	4.032	3.974	1,5%

1. Exclui 100% da despesa de amortização do ágio, que no 2T14 foi de R\$ 909 milhões, 2T13 foi de R\$ 909 milhões e no 1T14 foi de R\$ 909 milhões.

2. Inclui participação no Lucro.



PROVISÕES DE CRÉDITO

O resultado de créditos de liquidação duvidosa totalizou R\$ 4.797 milhões no primeiro semestre de 2014, com queda de 27,0% em doze meses e aumento de 4,5% no trimestre.

RESULTADO DE CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA (R\$ Milhões)	6M14	6M13	Var. 6M14x6M13	2T14	1T14	Var. 2T14x1T14
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.044)	(7.366)	-18,0%	(3.043)	(3.001)	1,4%
Receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.247	793	57,2%	591	655	-9,7%
Resultado de Crédito de Liquidação Duvidosa	(4.797)	(6.573)	-27,0%	(2.451)	(2.346)	4,5%

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

As outras receitas e despesas operacionais somaram R\$ 1.250 milhões no primeiro semestre de 2014, com queda de 6,3% em doze meses (ou R\$ 85 milhões) e 44,9% no trimestre.

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ Milhões)	6M14	6M13	Var. 6M14x6M13	2T14	1T14	Var. 2T14x1T14
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(1.250)	(1.334)	-6,3%	(444)	(806)	-44,9%
Despesa com comercialização de cartões	(766)	(699)	9,6%	(396)	(370)	6,9%
Receita Líquida de Rendas de Capitalização	125	140	-10,9%	63	62	1,0%
Provisões para contingências ¹	(832)	(625)	33,0%	(303)	(528)	-42,6%
Outras	223	(150)	n.a.	193	31	n.a.

1. Inclui provisões fiscais, cíveis e trabalhista.

IMPOSTOS SOBRE A RENDA

O total de impostos somou R\$ 499 milhões no primeiro semestre de 2014, atingindo uma alíquota efetiva de 14,5%, com aumento de 10,4 p.p. em doze meses e redução de 1,8 p.p. no trimestre. A alta observada em doze meses decorreu, em grande parte, do destaque de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), que ocorreu no primeiro trimestre de 2013, o que não ocorreu no mesmo período de 2014. Vale lembrar que os juros sobre o capital próprio, que fazem parte da remuneração dos acionistas, reduzem a base tributária.



BALANÇO PATRIMONIAL

Os ativos totais registraram saldo de R\$ 486.614 milhões em junho de 2014, alta de 6,5% em doze meses e 0,1% no trimestre. O patrimônio líquido totalizou no mesmo período R\$ 58.003 milhões. Excluindo o saldo do ágio, o patrimônio líquido somou R\$ 50.417 milhões.

ATIVO (R\$ Milhões)	Jun/14	Jun/13	Var.	Mar/14	Var.
			Jun14xJun13		Jun14xMar14
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	476.749	446.974	6,7%	475.805	0,2%
Disponibilidades	5.005	4.534	10,4%	5.204	-3,8%
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	32.502	44.342	-26,7%	31.255	4,0%
Aplicações no Mercado Aberto	21.115	28.696	-26,4%	18.915	11,6%
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.739	3.885	-29,5%	2.537	8,0%
Aplicações em Moedas Estrangeiras	8.648	11.761	-26,5%	9.803	-11,8%
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	103.862	77.534	34,0%	96.242	7,9%
Carteira Própria	37.552	34.710	8,2%	29.283	28,2%
Vinculados a Compromissos de Recompra	42.383	20.994	101,9%	43.987	-3,6%
Vinculados ao Banco Central	8.159	2.661	206,6%	6.558	24,4%
Vinculados à Prestação de Garantias	9.864	12.648	-22,0%	10.435	-5,5%
Outros	5.905	6.522	-9,5%	5.978	-1,2%
Relações Interfinanceiras	45.328	34.317	32,1%	42.712	6,1%
Relações Interdependências	-	1	n.a.	0	n.a.
Carteira de Crédito	211.722	203.059	4,3%	208.981	1,3%
Carteira de Crédito	226.363	218.053	3,8%	224.012	1,0%
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (Provisão para Liquidação Duvidosa)	15 (14.656)	38 (15.033)	-60,8% -2,5%	20 (15.050)	-23,4% -2,6%
Outros Créditos	76.448	81.408	-6,1%	89.440	-14,5%
Outros Valores e Bens	1.883	1.779	5,9%	1.970	-4,4%
Permanente	17.451	21.076	-17,2%	18.807	-7,2%
Investimentos Temporários	50	115	-56,6%	51	-2,5%
Imobilizado de Uso	6.363	5.886	8,1%	6.704	-5,1%
Intangível	11.038	15.076	-26,8%	12.052	-8,4%
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	26.276	26.240	0,1%	26.275	0,0%
Outros Ativos Intangíveis (Amortizações Acumuladas)	7.042 (22.281)	6.978 (18.142)	0,9% 22,8%	6.885 (21.108)	2,3% 5,6%
Total do Ativo	494.200	468.050	5,6%	494.612	-0,1%
Ágio líquido de amortização	7.586	11.187	-32,2%	8.495	-10,7%
Ativo (excluindo o ágio)	486.614	456.863	6,5%	486.117	0,1%



PASSIVO (R\$ Milhões)	Jun/14	Jun/13	Var.	Mar/14	Var.
			Jun14xJun13		Jun14xMar14
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	434.865	402.912	7,9%	436.052	-0,3%
Depósitos	134.118	126.147	6,3%	133.227	0,7%
Depósitos à Vista	14.635	13.385	9,3%	14.356	1,9%
Depósitos de Poupança	35.779	29.293	22,1%	35.023	2,2%
Depósitos Interfinanceiros	4.172	3.604	15,8%	3.956	5,5%
Depósitos a Prazo	79.532	79.865	-0,4%	79.891	-0,4%
Captações no Mercado Aberto	89.945	78.871	14,0%	86.279	4,3%
Carteira Própria	76.648	58.201	31,7%	75.368	1,7%
Carteira de Terceiros	2.300	9.756	-76,4%	738	211,5%
Carteira de Livre Movimentação	10.997	10.914	0,8%	10.172	8,1%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	69.739	64.956	7,4%	66.125	5,5%
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	55.560	44.813	24,0%	51.134	8,7%
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	12.609	18.813	-33,0%	13.321	-5,3%
Outras	1.570	1.329	18,1%	1.670	-6,0%
Relações Interfinanceiras	2.492	1.414	76,2%	2.276	n.a.
Relações Interdependências	1.509	984	53,4%	1.454	3,8%
Obrigações por Empréstimos	18.131	16.976	6,8%	17.627	2,9%
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	12.943	9.559	35,4%	12.459	3,9%
Obrigações por Repasses do Exterior	9	29	-67,5%	9	-0,6%
Instrumentos Financeiros Derivativos	4.472	5.713	-21,7%	4.543	-1,6%
Outras Obrigações	101.506	98.262	3,3%	112.054	-9,4%
Resultados de Exercícios Futuros	335	252	33,2%	315	6,4%
Participação dos Acionistas Minoritários	997	924	8,0%	1.040	-4,1%
Patrimônio Líquido	58.003	63.963	-9,3%	57.204	1,4%
Total do Passivo	494.200	468.050	5,6%	494.612	-0,1%
Patrimônio Líquido (excluindo o ágio)	50.417	52.776	-4,5%	48.709	3,5%

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O total de títulos e valores mobiliários somou R\$ 103.862 milhões em junho de 2014, crescimento de 34,0% em doze meses e 7,9% no trimestre.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (R\$ Milhões)	Jun/14	Jun/13	Var.	Mar/14	Var.
			Jun14xJun13		Jun14xMar14
Títulos Públicos	79.365	52.875	50,1%	71.089	11,6%
Títulos Privados	18.595	18.140	2,5%	19.178	-3,0%
Instrumentos Financeiros	5.902	6.519	-9,5%	5.976	-1,2%
Total	103.862	77.534	34,0%	96.242	7,9%



CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito total somou R\$ 226.299 milhões ao final de junho de 2014, com crescimento de 3,8% em doze meses e 1,0% no trimestre. A variação do Real frente ao Dólar, em três meses, impactou a carteira de crédito em moeda estrangeira, que inclui também as operações indexadas em Dólar. Desconsiderando o efeito da variação cambial, a carteira total apresentaria crescimento de 1,4% no trimestre.

O saldo da carteira em moeda estrangeira, incluindo as operações indexadas em Dólar, totalizou R\$ 25,9 bilhões em junho de 2014, redução de 4,1% em relação ao saldo de R\$ 27,1 bilhões em junho de 2013, e aumento de 2,2% em relação a março de 2014.

A carteira de crédito ampliada, que inclui as outras operações com risco de crédito, ativos de adquirência e avais e fianças, somou R\$ 279.722 milhões em junho de 2014, com crescimento de 4,9% em doze meses e 1,6% no trimestre.

ABERTURA GERENCIAL DO CRÉDITO POR SEGMENTO (R\$ Milhões)	Jun/14	Jun/13	Var.	Mar/14	Var.
			Jun14xJun13		Jun14xMar14
Pessoa física	75.873	72.258	5,0%	75.588	0,4%
Financiamento ao consumo	36.851	37.021	-0,5%	37.421	-1,5%
Pequenas e Médias empresas	31.264	35.582	-12,1%	31.873	-1,9%
Grandes Empresas	82.312	73.192	12,5%	79.071	4,1%
Total da Carteira	226.299	218.053	3,8%	223.952	1,0%
Outras operações com riscos de crédito ¹	53.423	48.677	9,7%	51.233	4,3%
Total Carteira Ampliada	279.722	266.730	4,9%	275.185	1,6%

1. Inclui debêntures, FDIC, CRI, notas promissórias, notas promissórias de colocação no exterior, ativos relacionados às atividades de adquirência e avais e fianças

CRÉDITO PESSOA FÍSICA

O crédito à pessoa física totalizou R\$ 75.873 milhões ao final de junho de 2014, registrando alta de 5,0% (ou R\$ 3.614 milhões) em doze meses e 0,4% no trimestre.

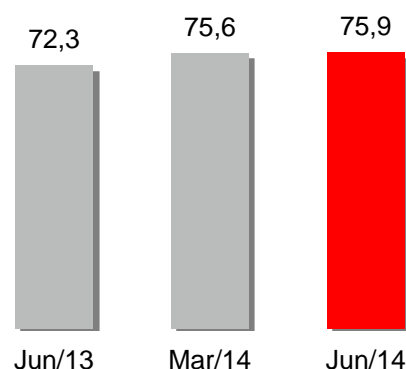
Os produtos que explicaram o aumento da carteira no período de 12 meses foram o crédito imobiliário e cartões.

A carteira de cartões totalizou R\$ 16.704 milhões, alta de 10,6% em doze meses (ou R\$ 1.596 milhões) e redução de 0,1% no trimestre. A carteira financiada responde por cerca de 30% deste total.

O saldo do crédito imobiliário alcançou R\$ 17.905 milhões em junho de 2014, com alta de 33,8% em doze meses (ou R\$ 4.527 milhões) e 7,3% no trimestre.

O volume da carteira de consignado, incluindo o montante de carteira adquirida, somou R\$ 12.285 milhões, com redução de 17,0% em doze meses (ou R\$ 2.523 milhões) e 4,0% no trimestre. Cabe destacar que a evolução desta carteira reflete a readequação de processos e estratégia do produto. Desta forma, se excluíssemos este produto da carteira de crédito a pessoas físicas, esta carteira cresceria 10,7% em doze meses e 1,3% no trimestre.

Pessoa Física
R\$ bilhões



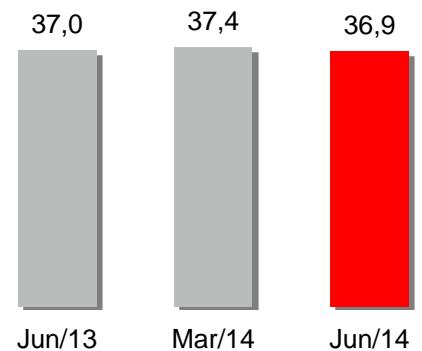


FINANCIAMENTO AO CONSUMO

A carteira de financiamento ao consumo, que é originada fora da rede de agências, totalizou R\$ 36.851 milhões em junho de 2014, com queda de 0,5% em doze meses (ou R\$ 171 milhões) e 1,5% no trimestre. Do total desta carteira, R\$ 30.213 milhões refere-se a financiamentos de veículos para pessoa física.

Portanto, considerando a carteira total de veículos para pessoa física, que inclui as operações realizadas através de correspondentes bancários (financeira) e pela rede de agências, o crescimento é de 0,9% em doze meses, com queda de 1,3% no trimestre, totalizando R\$ 33.412 milhões em junho de 2014.

Financiamento ao Consumo
R\$ bilhões



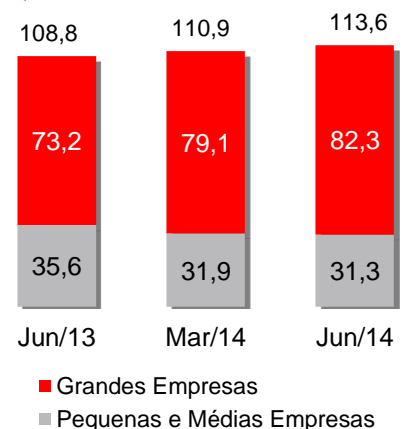
CRÉDITO PESSOA JURÍDICA

O crédito concedido à pessoa jurídica, somou R\$ 113.576 milhões ao final de junho de 2014, com alta de 4,4% em doze meses (ou R\$ 4.802 milhões) e 2,4% no trimestre.

A carteira de crédito de Grandes Empresas somou R\$ 82.312 milhões, com crescimento de 12,5% em doze meses (ou R\$ 9.120) e 4,1% no trimestre. A evolução dessa carteira, em três meses, foi impactada pelo efeito da variação cambial. Excluindo este efeito, a carteira teria apresentado crescimento de 5,0% no trimestre.

O volume de crédito destinado ao segmento de Pequenas e Médias Empresas somou R\$ 31.264 milhões em junho de 2014, com redução de 12,1% em doze meses (ou R\$ 4.318 milhões) e 1,9% no trimestre.

Pessoa Jurídica
R\$ bilhões





CARTEIRA DE CRÉDITO PESSOA JURÍDICA E PESSOA FÍSICA POR PRODUTO

ABERTURA GERENCIAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO POR PRODUTOS (R\$ Milhões)	Jun/14	Jun/13	Var.	Mar/14	Var.
			Jun14xJun13		Jun14xMar14
Pessoa Física					
Leasing / Veículos ¹	3.199	2.986	7,1%	3.229	-0,9%
Cartão de Crédito	16.704	15.108	10,6%	16.714	-0,1%
Consignado ²	12.285	14.808	-17,0%	12.800	-4,0%
Carteira própria	11.849	13.864	-14,5%	12.345	-4,0%
Carteira adquirida	436	944	-53,9%	455	-4,3%
Crédito Imobiliário	17.905	13.378	33,8%	16.694	7,3%
Crédito Rural	2.999	2.672	12,3%	2.844	5,5%
Crédito Pessoal/Outros	22.780	23.306	-2,3%	23.307	-2,3%
Total Pessoa Física	75.873	72.258	5,0%	75.588	0,4%
Financiamento ao consumo	36.851	37.021	-0,5%	37.421	-1,5%
Pessoa Jurídica					
Leasing / Veículos	3.127	3.568	-12,3%	3.185	-1,8%
Crédito Imobiliário	10.117	8.205	23,3%	9.850	2,7%
Comércio Exterior	15.891	17.819	-10,8%	17.017	-6,6%
Repasses	10.886	8.103	34,3%	10.377	4,9%
Crédito Rural	2.084	2.511	-17,0%	2.416	-13,8%
Capital de Giro/Outros	71.471	68.567	4,2%	68.098	5,0%
Total Pessoa Jurídica	113.576	108.774	4,4%	110.944	2,4%
Carteira de Crédito Total	226.299	218.053	3,8%	223.952	1,0%
Outras operações com riscos de crédito ³	53.423	48.677	9,7%	51.233	4,3%
Carteira de Crédito Ampliada	279.722	266.730	4,9%	275.185	1,6%

1. Incluindo financiamento ao consumo, a carteira de veículos PF totalizou R\$ 33.412 MM em jun/14, R\$ 33.122 MM em jun/13 e R\$ 33.854 MM em mar/14.

2. Inclui compra de carteira de consignado.

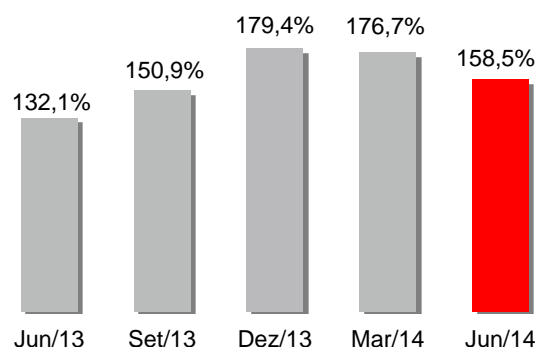
3. Inclui debêntures, FDIC, CRI, notas promissórias, notas promissórias de colocação no exterior, ativos relacionados a atividades de aquisição e avais e fianças.

PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS / COBERTURA

O saldo das provisões para crédito de liquidação duvidosa totalizou R\$ 14.656 milhões em junho de 2014, redução de 2,5% em doze meses e 2,6% no trimestre.

O índice de cobertura BR GAAP é obtido por meio da divisão do saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa, pelo saldo das operações vencidas há mais de 90 dias. Ao final de junho de 2014, o indicador atingiu 158,5%, aumento de 26,5p.p. em doze meses e redução de 18,1p.p. no trimestre.

Cobertura (over 90 dias)





CARTEIRA DE RENEGOCIAÇÃO

As operações de crédito renegociadas totalizaram R\$ 14.553 milhões em junho de 2014, mostrando um crescimento de 24,7% em doze meses. Nestas operações estão incluídos os contratos de crédito que foram prorrogados e/ou modificados para permitir o seu recebimento em condições acordadas com os clientes, inclusive as renegociações de operações baixadas a prejuízo no passado. No trimestre, as renegociações mostraram redução de 0,6%.

Em junho de 2014, as renegociações estavam cobertas em 48,9% frente aos 51,3% em março de 2014 e 48,7% em junho de 2013. Estes níveis são considerados adequados às características destas operações.

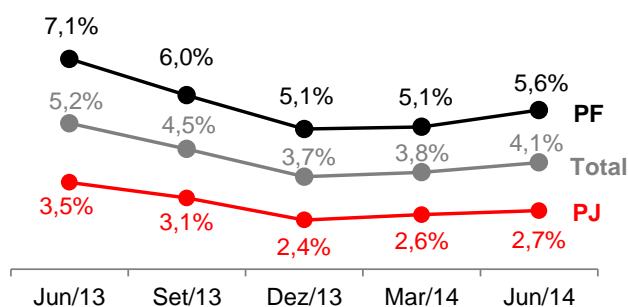
CARTEIRA DE CRÉDITO - RENEGOCIAÇÃO (R\$ Milhões)

	Jun/14	Jun/13	Var. Jun14xJun13	Mar/14	Var. Jun14xMar14
Créditos Renegociados	14.553	11.666	24,7%	14.636	-0,6%
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(7.114)	(5.686)	25,1%	(7.508)	-5,3%
Cobertura	48,9%	48,7%	0,1 p.p.	51,3%	-2,4 p.p.

ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA (ACIMA DE 90 DIAS)

O índice de inadimplência, superior a 90 dias, atingiu 4,1% do total da carteira de crédito, mostrando redução de 1,1 p.p. em doze meses e alta de 0,3 p.p. quando comparado a março de 2014. A inadimplência de pessoa física apresentou uma redução de 1,5 p.p. em doze meses e aumento de 0,5 p.p. no trimestre, alcançando 5,6%. No segmento de pessoa jurídica, a inadimplência mostrou redução de 0,8 p.p. em doze meses e aumento de 0,1 p.p. no trimestre, alcançando 2,7%.

Índice de Inadimplência¹- (Over 90)

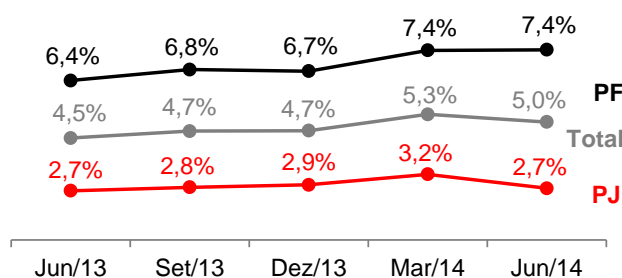


1. Operações vencidas há mais de 90 dias/carteira de crédito em BR GAAP

ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA (ENTRE 15 E 90 DIAS)

O índice de inadimplência entre 15 e 90 dias, atingiu 5,0% em junho de 2014, registrando aumento de 0,5 p.p. em doze meses e redução de 0,3 p.p. no trimestre. A inadimplência de pessoa física atingiu 7,4%, com aumento de 1,0 p.p. em doze meses e estável no trimestre. A inadimplência de pessoa jurídica mostrou-se estável em doze meses e registrou queda de 0,5 p.p. no trimestre.

Índice de Inadimplência¹ - (Over 15 a 90)



1. Operações vencidas entre 15 a 90 dias/carteira de crédito em BR GAAP



CAPTAÇÃO

O total de captações de clientes somou R\$ 230.575 milhões em junho de 2014, com crescimento de 12,5% em doze meses (ou R\$ 25.688 milhões). Em doze meses, os depósitos de poupança e debêntures, LCI e LCA, foram os principais destaques, respondendo por aproximadamente quase que a totalidade do aumento das captações no período. No trimestre, as captações de clientes cresceram 3,2%. Praticamente todas as linhas apresentaram crescimento, sendo destaque as captações com lastro em debêntures, LCI e LCA, e letras financeiras, que responderam por aproximadamente 90% do aumento das captações no trimestre.

CAPTAÇÃO (R\$ Milhões)	Jun/14	Jun/13	Var.	Mar/14	Var.
			Jun14xJun13		Jun14xMar14
Depósitos à vista	14.635	13.385	9,3%	14.356	1,9%
Depósitos de poupança	35.779	29.293	22,1%	35.023	2,2%
Depósitos a Prazo	79.532	79.865	-0,4%	79.891	-0,4%
Debêntures/LCI/LCA ¹	67.222	51.990	29,3%	63.698	5,5%
Letras Financeiras	33.407	30.353	10,1%	30.498	9,5%
Captação de Clientes	230.575	204.887	12,5%	223.467	3,2%

1. Operações compromissadas com lastro em Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Letra de Crédito Agrícola.

RELAÇÃO ENTRE CRÉDITO E CAPTAÇÃO

A relação entre a carteira de empréstimos e a captação de clientes, alcançou 98,1% em junho de 2014, uma redução de 8,3 p.p. em doze meses e 2,1 p.p. no trimestre. Esta melhora reflete o bom crescimento das captações no período.

Já a métrica de liquidez ajustada ao impacto dos (altos) compulsórios no Brasil e ao *funding* de médio / longo prazo atingiu 91,9% em junho de 2014, mostrando redução de 4,3 p.p. em doze meses e 1,0 p.p. no trimestre.

O banco encontra-se em confortável situação de liquidez, com fontes de captação estáveis e adequada estrutura de *funding*.

CAPTAÇÕES VS. CRÉDITO (R\$ Milhões)	Jun/14	Jun/13	Var.	Mar/14	Var.
			Jun14xJun13		Jun14xMar14
Captação de Clientes (A)	230.575	204.887	12,5%	223.467	3,2%
(-) Depósitos Compulsórios	(42.473)	(32.563)	30,4%	(40.048)	6,1%
Captações Líquidas de Depósitos Compulsórios	188.102	172.324	9,2%	183.418	2,6%
Obrigações por Repasses - país	13.009	9.658	34,7%	12.531	3,8%
Dívida subordinada ¹	14.467	9.046	59,9%	14.339	0,9%
Captações no Exterior	30.683	35.720	-14,1%	30.886	-0,7%
Total Captações (B)	246.260	226.747	8,6%	241.174	2,1%
Fundos ²	154.183	144.413	6,8%	149.420	3,2%
Total de Captações e Fundos	400.443	371.159	7,9%	390.593	2,5%
Total Crédito Clientes (C)	226.299	218.053	3,8%	223.952	1,0%
C / B (%)	91,9%	96,2%		92,9%	
C / A (%)	98,1%	106,4%		100,2%	

1. Inclui Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.

2. De acordo com o critério ANBIMA.



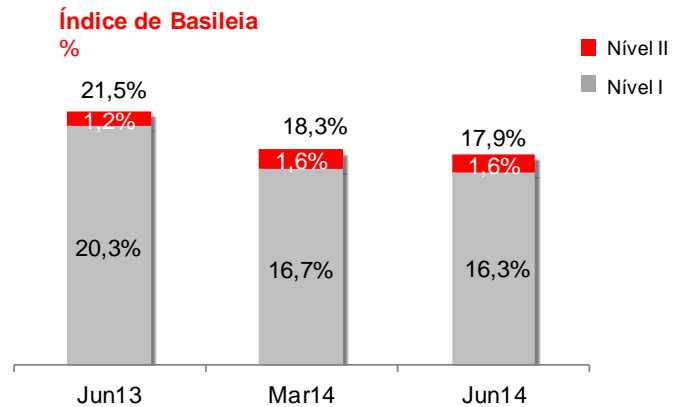
ÍNDICE DE BASILEIA

O índice de Basileia alcançou 17,9% em junho de 2014, com redução de 3,7 p.p em relação ao mesmo período do ano anterior e 0,4 p.p. em relação a março de 2014. As variações em relação ao ano anterior foram impactadas pela aplicação das regras de Basileia III, que passaram a ser obrigatórias a partir de outubro de 2013, com algumas regras vigentes apenas a partir de primeiro de janeiro de 2014. Dentre as alterações ocorridas destaca-se a aplicação dos ajustes prudenciais e o *phase-in* de dedução do ágio.

Já a variação trimestral pode ser explicada pelo aumento do patrimônio de referência exigido (+3,6%). Este impacto foi

parcialmente compensado pelo crescimento do Nível I (+1,6%), que foi afetado positivamente pela marcação a mercado de títulos e valores mobiliários contabilizados no patrimônio líquido, pela incorporação dos resultados do período, bem como pela menor dedução do ágio, conforme regulamentação vigente, em razão da amortização de R\$ 909 milhões no trimestre.

A partir de março de 2014 o Patrimônio de Referência passou a refletir o plano de otimização de capital, no qual restituímos o montante de R\$ 6,0 bilhões aos acionistas e emitimos, em 29 de janeiro de 2014, instrumentos na forma de notas (*Notes*), em moeda estrangeira, sendo R\$ 3,0 bilhões elegíveis para compor o Nível I, Capital Complementar, e R\$ 3,0 bilhões elegíveis para compor o Nível II.



1. Em Mar/14 e Jun/14, o BIS Capital Principal foi de 15,8% e 15,6%, respectivamente.

RECURSOS PRÓPRIOS e BIS (R\$ Milhões)

	Jun/14	Jun/13	Var. Jun14xJun13	Mar/14	Var. Jun14xMar14
Patrimônio de Referência Nível I (PRNI)	58.802	64.537	-8,9%	57.848	1,6%
<i>Capital Principal</i>	56.014	64.537	-13,2%	54.982	1,9%
<i>Capital Complementar</i>	2.788	-	-	2.866	-2,7%
Patrimônio de Referência Nível II (PRNII)	5.577	3.945	41,4%	5.630	-1,0%
Patrimônio de Referência Nível I e II	64.379	68.482	-6,0%	63.479	1,4%
Patrimônio de Referência Exigido	39.574	35.002	13,1%	38.189	3,6%
Parcela de Risco de Crédito	34.304	31.520	8,8%	33.496	2,4%
Parcelas de Risco de Mercado	3.562	1.752	103,3%	2.986	19,3%
Parcela de Risco Operacional	1.707	1.729	-1,3%	1.707	0,0%
Índice de Basileia	17,9%	21,5%	-3,6 p.p.	18,3%	-0,4 p.p.
Nível I	16,3%	20,3%	-3,9 p.p.	16,7%	-0,3 p.p.
<i>Capital Principal</i>	15,6%	20,3%	-4,7 p.p.	15,8%	-0,3 p.p.
Nível II	1,6%	1,2%	0,3 p.p.	1,6%	-0,1 p.p.



GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Santander segue as recomendações do Código das Melhores Práticas do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e tem atualmente suas ações e Units listadas no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. (BM&F Bovespa). Entretanto, em razão da operação, anunciada pelo Santander em 29 de abril de 2014 (mais informações consultar página 6), foi aprovada em assembleia geral extraordinária, de 09 de junho de 2014, a saída do Santander Brasil do Nível 2 de Governança Corporativa, condicionada à realização da Oferta de Permuta. O Banco permanecerá como companhia aberta, passando a estar listado no segmento Tradicional da BM&FBOVESPA.

COMPOSIÇÃO SIMPLIFICADA DA BASE ACIONÁRIA

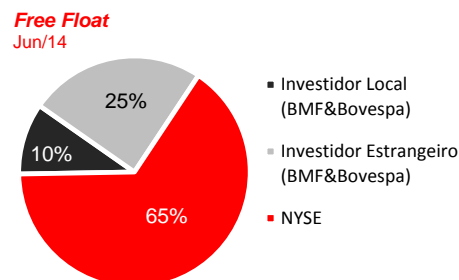
Tendo em vista o processo de grupamento de ações implementado em 2 de junho de 2014, conforme Aviso aos Acionistas de 23 de abril de 2014, o capital social do banco passou a ser composto por 7.600.840.325 ações, sendo 3.869.849.668 ações ON (SANB3) e 3.730.990.657 ações PN (SANB4). Vale lembrar que cada Unit é composta por 1 ação ON e 1 ação PN.

Composição acionária do Santander em 30 de junho de 2014:

ESTRUTURA ACIONÁRIA	Ações Ordinárias (Mil)		Ações Preferenciais (Mil)		Total das Ações (Mil)	Total %
		% ON		% PN		
Grupo Santander ¹	2.923.515	75,5%	2.755.969	73,9%	5.679.485	74,7%
Ações em Tesouraria	25.346	0,7%	25.346	0,7%	50.691	0,7%
Free Float	920.989	23,8%	949.676	25,5%	1.870.665	24,6%
Total	3.869.850	100,0%	3.730.991	100,0%	7.600.840	100,0%

1) Considera a participação das empresas: Grupo Empresarial Santander S.L., Sterrebeeck B.V. e Santander Insurance Holding, S.L., além das ações de propriedade de Administradores.

O Santander Brasil destacou no primeiro semestre de 2014, o total de R\$ 620 milhões de dividendos. O pagamento relativo a este destaque ocorrerá a partir de 28 de agosto de 2014. No dia 29 de janeiro de 2014 foi restituído R\$ 6,0 bilhões aos acionistas, como parte do processo de otimização de capital. Para mais detalhes consultar a página 08.



DESEMPENHO DAS AÇÕES

SANB11

	6M14	6M13	Var. 6M14x6M13	2T14	1T14	Var. 2T14x1T14
Lucro Líquido (anualizado) por Unit ¹ (R\$)	1,51	1,54	-2,2%	1,51	1,50	0,6%
Dividendos+JCP (semestre) por Unit (R\$)	0,11	0,17	-38,5%	0,11	0,06	81,8%
Preço de Fechamento da Unit (R\$) ²	15,1	13,6	11,6%	15,1	12,6	20,3%
Valor Patrimonial por Unit (R\$) ³	13,3	13,9	-4,5%	13,3	12,8	3,5%
Valor de Mercado (R\$ bi) ⁴	57,5	51,5	11,6%	57,5	47,8	20,3%

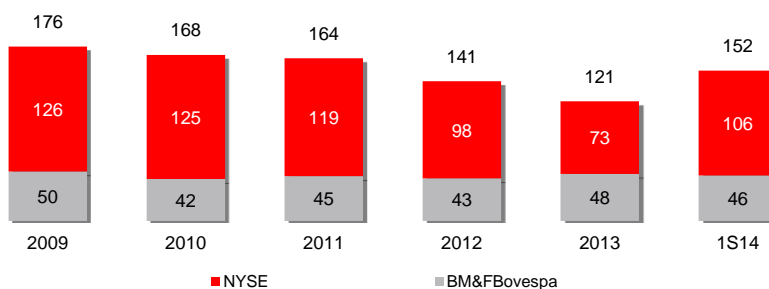
1-Calculo não leva em consideração o fato de que os dividendos atribuídos às ações preferenciais são 10% superiores ao montante atribuído às ações ordinárias.

2-Preço de fechamento refere-se ao valor histórico

3-Valor patrimonial exclui o ágio.

4-Valor de Mercado: total de Units (Unit = 1 ON + 1 PN) x preço de fechamento da Unit.

Volume Médio Diário de Ações Negociadas¹ R\$ milhões



1.Para 2009, a amostra inicia no dia 06 de novembro de 2009, data final do período de estabilização após a oferta de ações.



AGÊNCIAS DE RATING

O Santander é classificado por agências internacionais de *rating* e as notas atribuídas refletem diversos fatores, incluindo a qualidade de sua administração, seu desempenho operacional e solidez financeira, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual a companhia está inserida. A tabela abaixo apresenta os ratings atribuídos pelas principais agências:

RATINGS	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Fitch Ratings (perspectiva)	BBB+ (estável)	F2	BBB+ (estável)	F2	AAA (bra) (estável)	F1+ (bra)
Standard & Poor's (perspectiva)	BBB- (estável)	A-3	BBB- (estável)	A-3	brAAA (estável)	brA-1
Moody's (perspectiva)	Baa2 (estável)	Prime-2	Baa2 (estável)	Prime-2	Aaa.br (estável)	Br-1

Ratings atribuídos conforme relatórios publicados pelas Agências de Rating: Fitch Ratings (04 de Junho de 2014); Standard & Poor's (26 de Março de 2014) e Moody's (03 de Outubro de 2013).



GESTÃO DE RISCOS

GOVERNANÇA CORPORATIVA DA FUNÇÃO DE RISCOS

A estrutura dos comitês de Riscos do Banco Santander Brasil é definida conforme os padrões de gestão prudente de riscos e visão cliente. Sempre respeitando o ambiente normativo e regulatório local. Suas principais atribuições são:

- Integrar e adaptar a cultura de risco do Banco ao âmbito local, além da estratégia de gestão de riscos, nível de tolerância e predisposição ao risco, todos compatibilizados com os padrões corporativos do Banco Santander Espanha;
- Avaliar e aprovar propostas, operações e limites, seja de crédito ou de mercado, de clientes e carteiras (atacado e varejo);
- Autorizar o uso das ferramentas de gestão, modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna.
- Manter-se informado, avaliar e seguir quaisquer observações e recomendações que venham a ser periodicamente feitas pelas autoridades de supervisão no cumprimento de suas funções.

A estrutura organizacional da Vice-Presidência Executiva de Riscos, que é independente das áreas comerciais, é composta por um núcleo responsável pelo gerenciamento do risco de crédito e outro pelo gerenciamento de risco de mercado.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito é composta por diretorias que atuam sob o ponto de vista de gestão de portfólios.

Uma diretoria específica tem como missão consolidar os portfólios e respectivos riscos, subsidiando a alta direção com a visão integrada de riscos. Além dessa atribuição, também é responsável pelo atendimento aos reguladores, auditores externos e internos assim como à matriz do Grupo Santander na Espanha.

Um maior detalhamento da estrutura, metodologias e sistema de controle, relacionados à gestão de riscos, está descrito no relatório disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br.

RISCO DE CRÉDITO

O gerenciamento de Riscos de Crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias de acordo com o apetite de riscos, além do estabelecimento de limites, abrangendo a análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de risco e uma adequada rentabilidade mínima que compensem a inadimplência estimada, tanto do cliente como da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração. Adicionalmente, é responsável pelos sistemas de gestão de riscos aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco em operações individuais ou agrupadas por semelhança.

A Gestão de Riscos é especializada em função das características dos clientes, sendo segregada entre clientes

individualizados (com acompanhamento de analistas dedicados) e clientes com características similares (padronizados).

RISCO DE MERCADO

Risco de mercado é a exposição a fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites, previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos “gaps” de liquidez, entre outras. Isso permite o gerenciamento dos riscos, que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander.

O Banco Santander Brasil opera de acordo com as políticas globais, alinhadas aos objetivos locais quanto ao nível de tolerância e predisposição ao risco.

Para isso, desenvolveu seu próprio modelo de Gestão de Riscos, seguindo os seguintes princípios:

- Independência funcional;
- Capacidade executiva sustentada no conhecimento e na proximidade do cliente;
- Alcance global da função (diferentes tipos de riscos);
- Decisões colegiadas, que avaliem todos os cenários possíveis e não comprometam os resultados com decisões individuais, incluindo o Comitê Executivo de Riscos Brasil, que fixa limites e aprova operações e o Comitê Executivo de Ativos e Passivos, que responde pela gestão do capital e riscos estruturais, o que inclui o risco-país, a liquidez e as taxas de juros;
- Gestão e otimização da equação de risco/retorno; e
- Metodologias avançadas de gestão de riscos, como o Value at Risk (VaR) (simulação histórica de 521 dias, com um nível de confiança de 99% e horizonte temporal de um dia), cenários, sensibilidade da margem financeira, sensibilidade do valor patrimonial e plano de contingência.

A estrutura de Riscos de Mercado é parte da Vice-Presidência de Riscos de Crédito e Mercado, área independente que aplica as políticas de risco, levando em consideração as definições corporativas locais e globais.

RISCOS OPERACIONAIS, CONTROLES INTERNOS, LEI SARBANES-OXLEY

As áreas corporativas responsáveis pela Gestão de Riscos Operacionais e Tecnológicos e Controles Internos - SOX do Banco Santander são subordinadas a vice-presidências distintas, com estruturas, normas, metodologias, ferramentas e modelos internos específicos, assegurando através de um Modelo de Gestão a adequada identificação, captura, avaliação, controle, monitoramento, mitigação e redução dos eventos e perdas decorrentes dos riscos operacionais. Adicionalmente, a atuação na prevenção aos riscos operacionais, tecnológicos e a gestão da continuidade de negócios, corroboram no contínuo fortalecimento do sistema de controles internos e atendem às determinações dos Órgãos



Reguladores, Acordo da Basileia – BIS II e exigências da Lei Sarbanes-Oxley. Este Modelo também segue as diretrizes estabelecidas pelo Banco Santander Espanha fundamentadas no COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Enterprise Risk Management – Integrated Framework.

Os procedimentos desenvolvidos e adotados buscam posicionar e manter o Banco Santander entre as instituições financeiras com as melhores práticas gerenciais na administração dos riscos operacionais, contribuindo para melhoria contínua da reputação, solidez, sustentabilidade e confiabilidade da instituição no mercado local e internacional.

A Administração é parte atuante no modelo, reconhecendo, participando e compartilhando na responsabilidade contínua com a melhoria da cultura e estrutura para a gestão dos riscos operacionais e tecnológicos e do ambiente de controles internos, os quais visam assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, bem como a segurança e qualidade dos produtos e serviços prestados.

O Conselho de Administração do Banco Santander optou pela Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) para o cálculo da Parcela do Patrimônio de Referência Exigido (Popr) referente ao risco operacional.

A revisão realizada sobre a eficácia do ambiente de controles internos de 2013, nas empresas do Banco Santander, em cumprimento à seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley, foi concluída em abril de 2014 e não identificou qualquer deficiência significativa ou fraqueza material. Informações adicionais do modelo de gestão encontram-se disponíveis nos relatórios anuais e sociais, os quais estão disponíveis em: www.santander.com.br/ri.

AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna reporta diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão. Tem como objetivo supervisionar o cumprimento, eficácia e eficiência dos sistemas de controle internos, assim como a confiabilidade e qualidade da informação contábil, estando todas as sociedades, unidades de negócio, departamentos e serviços centrais do Conglomerado sob seu escopo de aplicação.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração foram informados, respectivamente, sobre os trabalhos realizados pela Auditoria Interna ao longo dos seis meses decorridos de 2014, conforme seu plano anual.

O Comitê de Auditoria analisou favoravelmente o plano de trabalho anual da Auditoria Interna e aprovou o relatório de atividades para o ano de 2014. Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Conglomerado, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco de cada área, considerando seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Além disso, ao menos anualmente, os programas de trabalho são revisados. Esses

documentos descrevem os testes de auditoria a serem realizados, para que as exigências sejam cumpridas. Ao longo dos seis meses de 2014, foram avaliados os procedimentos de controles internos e controles sobre os sistemas de informação das áreas selecionadas conforme plano de trabalho para 2014, avaliando tanto a eficácia na concepção quanto o seu funcionamento.

RISCO AMBIENTAL E SOCIAL

O gerenciamento de risco socioambiental para o segmento de Grandes Empresas é realizado através de um sistema de gestão dos clientes que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$ 1 milhão, que considera itens como terrenos contaminados, desmatamento, condições de trabalho e outros pontos de atenção socioambiental nos quais há possibilidade de penalidades. Uma equipe especializada, com formação em Biologia, Engenharia de Saúde e Segurança, Geologia e Engenharia Química, monitora as práticas ambientais dos nossos clientes pessoa jurídica. A equipe de análise financeira estuda o potencial de danos e impactos que situações socioambientais desfavoráveis podem causar à condição financeira e às garantias dos clientes. A análise foca em preservar o capital e reputação no mercado e a disseminação da prática é obtida através do treinamento constante das áreas comerciais e de crédito sobre a aplicação de padrões de risco socioambiental no processo de aprovação de crédito para pessoa jurídica no Atacado.

O gerenciamento de risco socioambiental em fornecedores é realizado ao longo do processo de compras e está fundamentado nos 10 princípios do Pacto Global das Nações Unidas que considera itens como: direitos humanos, condições de trabalho, questões socioambientais e éticas. Para participar de um processo de concorrência, a empresa deve manifestar que respeita estes princípios. Durante a homologação é realizada uma avaliação técnica que inclui critérios sociais e ambientais. Além desta etapa, os fornecedores classificados na categoria de alto impacto, passam por uma avaliação mais detalhada sobre os aspectos operacionais, administrativos financeiros, fiscais, legais, de governança, sociais e ambientais. Esta etapa inclui uma visita para verificar as evidências e respostas fornecidas durante a avaliação. Existem também procedimentos para monitoramento da conformidade das práticas dos fornecedores com os princípios do Pacto Global, que são realizados por consultorias externas.



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em 25 de abril, o Banco Central do Brasil publicou a Resolução 4.327, que estabelece a implementação de uma Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O Santander já adota uma série de práticas estabelecidas pela Resolução e está trabalhando em um plano de ação para atendimento integral à nova regulamentação, de acordo com o cronograma disposto na referida Resolução. Estas práticas podem ser conhecidas no Relatório Anual relativo ao desempenho dos negócios no ano de 2013. A nova edição segue as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) G4 para relatórios de sustentabilidade, na modalidade abrangente, auditado por verificação externa.

Em maio, fomos citados pela IstoÉ Dinheiro como uma das “50 empresas do bem”, com destaque para nossas iniciativas de mobilidade urbana, adotadas na Torre Santander.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em 29 de abril de 2014, o Banco Central do Brasil aprovou a reeleição dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia, para um mandato de mais um ano, conforme reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 18 de março de 2014. E no dia 27 de maio de 2014, o Banco Central do Brasil aprovou a eleição, para um mandato de um ano, conforme reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 26 de março de 2014, do membro técnico qualificado no Comitê de Auditoria do Banco, Sr. Graham Charles Nye, em substituição à Sra. Elidie Palma Bifano que deixou de ocupar referido cargo, e passou a ser apenas membro do Comitê.

Em 30 de abril de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a criação do Comitê Especial Independente, com a atribuição de assessorar o Conselho de Administração na avaliação e manifestação a ser emitida, nos termos do item 5.8 – Manifestação do Conselho de Administração, do Regulamento do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (Nível 2) e na submissão do Schedule 14D-9 do Securities Exchange Act of 1934 dos Estados Unidos da América. Na mesma data, a Companhia realizou a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que dentre outros assuntos, aprovou a eleição do Sr. Álvaro Antônio Cardoso de Souza, como membro independente do Conselho de Administração, cujo processo de eleição foi homologado pelo Banco Central do Brasil no dia 03 de julho de 2014.

Em 15 de maio de 2014, o Banco Central do Brasil aprovou a eleição do Sr. Angel Santodomingo Martell, para exercer a função de Diretor Vice-Presidente Executivo - CFO e Diretor de Relações com Investidores, conforme reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 26 de março de 2014. O Sr. Santodomingo tomou posse nos cargos para os quais foi eleito no dia 08 de julho de 2014, a partir de quando o Sr. Carlos Alberto López Galan, deixou de ser o Diretor de Relações com Investidores do Banco Santander Brasil.


BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO (R\$ Milhões)	Jun/14	Mar/14	Dez/13	Set/13	Jun/13	Mar/13
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	476.749	475.805	465.777	444.978	446.974	426.550
Disponibilidades	5.005	5.204	5.486	5.906	4.534	5.256
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	32.502	31.255	47.655	44.776	44.342	47.250
Aplicações no Mercado Aberto	21.115	18.915	32.457	32.367	28.696	32.458
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.739	2.537	2.480	2.638	3.885	3.950
Aplicações em Moedas Estrangeiras	8.648	9.803	12.718	9.770	11.761	10.843
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	103.862	96.242	78.146	71.610	77.534	71.830
Carteira Própria	37.552	29.283	35.923	38.776	34.710	36.541
Vinculados a Compromissos de Recompra	42.383	43.987	20.962	13.578	20.994	16.533
Vinculados ao Banco Central	8.159	6.558	4.603	3.189	2.661	1.274
Vinculados à Prestação de Garantias	9.864	10.435	9.394	9.744	12.648	13.315
Outros	5.905	5.978	7.264	6.322	6.522	4.167
Relações Interfinanceiras	45.328	42.712	35.833	38.298	34.317	34.004
Créditos Vinculados:	42.641	40.218	35.787	35.605	32.731	32.392
-Depósitos no Banco Central	42.473	40.048	35.619	35.437	32.563	32.222
-SFH - Sistema Financeiro da Habitação	169	169	168	168	168	169
Outros	2.686	2.494	46	2.693	1.587	1.612
Relações Interdependências	-	0	1	1	1	1
Carteira de Crédito	211.722	208.981	212.508	207.112	203.059	196.434
Carteira de Crédito	226.363	224.012	227.482	222.071	218.053	211.703
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (Provisão para Liquidação Duvidosa)	15 (14.656)	20 (15.050)	25 (14.999)	31 (14.990)	38 (15.033)	47 (15.317)
Outros Créditos	76.448	89.440	84.339	75.500	81.408	70.154
Carteira de Câmbio	35.592	49.018	43.522	35.577	42.283	31.583
Créditos Tributários	19.686	19.377	19.960	19.287	19.136	18.936
Outros	21.170	21.045	20.858	20.636	19.988	19.635
Outros Valores e Bens	1.883	1.970	1.809	1.775	1.779	1.621
Permanente	17.451	18.807	20.088	20.430	21.076	22.051
Investimentos Temporários	50	51	137	122	115	45
Imobilizado de Uso	6.363	6.704	6.807	6.125	5.886	5.752
Intangível	11.038	12.052	13.144	14.183	15.076	16.254
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	26.276	26.275	26.245	26.245	26.240	26.241
Outros Ativos Intangíveis (Amortizações Acumuladas)	7.042 (22.281)	6.885 (21.108)	7.062 (20.162)	7.109 (19.171)	6.978 (18.142)	7.099 (17.086)
Total do Ativo	494.200	494.612	485.866	465.408	468.050	448.601



PASSIVO (R\$ Milhões)	Jun/14	Mar/14	Dez/13	Set/13	Jun/13	Mar/13
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	434.865	436.052	421.751	400.424	402.912	384.184
Depósitos	134.118	133.227	134.213	130.433	126.147	122.776
Depósitos à Vista	14.635	14.356	15.605	14.420	13.385	12.717
Depósitos de Poupança	35.779	35.023	33.589	31.259	29.293	27.915
Depósitos Interfinanceiros	4.172	3.956	3.920	3.755	3.604	3.474
Depósitos a Prazo	79.532	79.891	81.100	80.999	79.865	78.669
Captações no Mercado Aberto	89.945	86.279	78.462	77.794	78.871	79.663
Carteira Própria	76.648	75.368	61.711	54.905	58.201	55.742
Carteira de Terceiros	2.300	738	8.972	12.450	9.756	14.195
Carteira de Livre Movimentação	10.997	10.172	7.779	10.440	10.914	9.726
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	69.739	66.125	69.061	63.758	64.956	58.498
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	55.560	51.134	49.615	44.668	44.813	40.115
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	12.609	13.321	18.170	17.741	18.813	17.127
Outras	1.570	1.670	1.276	1.349	1.329	1.257
Relações Interfinanceiras	2.492	2.276	64	2.428	1.414	1.710
Relações Interdependências	1.509	1.454	2.771	1.344	984	1.261
Obrigações por Empréstimos	18.131	17.627	17.975	17.460	16.976	16.024
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	12.943	12.459	11.757	10.465	9.559	9.737
BNDES	5.992	6.105	5.848	5.223	4.846	5.417
FINAME	6.759	6.149	5.723	5.068	4.543	4.117
Outras Instituições	191	205	185	173	170	203
Obrigações por Repasses do Exterior	9	9	19	19	29	27
Instrumentos Financeiros Derivativos	4.472	4.543	5.865	5.505	5.713	4.132
Outras Obrigações	101.506	112.054	101.563	91.218	98.262	90.355
Carteira de Câmbio	35.090	48.548	43.434	35.248	42.212	31.948
Fiscais e Previdenciárias	17.214	15.740	15.282	17.006	16.643	17.356
Dívidas Subordinadas	8.849	8.616	8.906	8.690	9.046	11.407
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	5.618	5.724	-	-	-	-
Outros	34.736	33.426	33.942	30.274	30.362	29.644
Resultados de Exercícios Futuros	335	315	308	298	252	275
Participação dos Acionistas Minoritários	997	1.040	987	947	924	912
Patrimônio Líquido	58.003	57.204	62.819	63.740	63.963	63.230
Total do Passivo	494.200	494.612	485.866	465.408	468.050	448.601


RESUMO DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL ¹ (R\$ Milhões)	2T14	1T14	4T13	3T13	2T13	1T13
Margem Financeira Bruta	6.686	7.000	7.211	7.521	7.438	7.658
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.451)	(2.346)	(2.449)	(2.698)	(3.202)	(3.371)
Margem Financeira Líquida	4.235	4.654	4.762	4.822	4.236	4.287
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	2.683	2.633	2.847	2.614	2.628	2.586
Despesas Gerais	(4.032)	(3.974)	(4.313)	(4.101)	(3.992)	(3.891)
Despesas de Pessoal+PLR	(1.788)	(1.760)	(1.947)	(1.807)	(1.735)	(1.753)
Outras Despesas Administrativas ²	(2.244)	(2.214)	(2.367)	(2.294)	(2.257)	(2.138)
Despesas Tributárias	(782)	(767)	(785)	(812)	(776)	(750)
Resultados de Participações em Coligadas e Controladas	0	(0)	(2)	17	5	0
Outras Receitas / Despesas Operacionais ³	(444)	(806)	(829)	(945)	(616)	(718)
Resultado Operacional	1.661	1.741	1.679	1.595	1.485	1.513
Resultado não operacional	37	9	28	10	112	87
Resultado antes de Impostos	1.697	1.749	1.707	1.605	1.597	1.600
Imposto de Renda e Contribuição Social	(230)	(269)	(236)	(151)	(93)	(38)
Participações dos Acionistas Minoritários	(30)	(53)	(62)	(48)	(94)	(43)
Lucro Líquido do Período	1.437	1.428	1.409	1.407	1.410	1.519

1. Exclui 100% da despesa de amortização do ágio, o efeito do hedge fiscal e outros ajustes, conforme descrito nas páginas 30 e 31.

2. Despesa administrativa exclui 100% da despesa de amortização do ágio.

3. Inclui Receita Líquida de Prêmios, Renda de Previdência e Capitalização

De acordo com as regras fiscais brasileiras, o ganho (perda) com a variação cambial dos investimentos em moeda estrangeira não é tributável (dedutível). Esse tratamento fiscal leva a exposição cambial na linha de impostos. Uma posição de hedge de câmbio foi montada com o objetivo de tornar o Lucro Líquido protegido contra as variações cambiais relacionadas com esta exposição cambial nas linhas de impostos.

HEDGE FISCAL (R\$ Milhões)	2T14	1T14	4T13	3T13	2T13	1T13
Margem Financeira	380	486	(725)	(228)	(1.703)	288
Despesas tributárias	(57)	(68)	57	9	174	(42)
Imposto e Renda	(323)	(419)	668	218	1.529	(247)



RECONCILIAÇÃO ENTRE O RESULTADO CONTÁBIL E O RESULTADO GERENCIAL

Para melhor compreensão dos resultados em BR GAAP, a seguir apresentamos a reconciliação entre o resultado contábil e o resultado gerencial. Cumpre esclarecer que estes ajustes, com exceção da amortização do ágio, não têm efeito sobre o lucro líquido. Todas as informações, indicadores e comentários relativos à Demonstração de Resultados neste relatório consideram o Resultado Gerencial, exceto quando citado.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL (R\$ Milhões)	6M14	Reclassificações				6M14
	Contábil	Hedge Fiscal ¹	Recup. Crédito ²	amort. do ágio ³	Part. no Lucro	Gerencial
MARGEM FINANCEIRA BRUTA	15.799	866	1.247			13.686
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.044)		(1.247)			(4.797)
MARGEM FINANCEIRA LÍQUIDA	9.755	866	-		-	8.889
Receitas de Prest. de Serviços e Tarifas Bancárias	5.316					5.316
Despesas Gerais	(9.272)	-	-	(1.818)	553	(8.006)
Despesas de Pessoal	(2.994)				553	(3.547)
Outras Despesas Administrativas	(6.277)			(1.818)		(4.459)
Despesas Tributárias	(1.672)	(124)				(1.548)
Resultados de Part. em Coligadas e Controladas	0					0
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(1.250)					(1.250)
RESULTADO OPERACIONAL	2.878	742	-	(1.818)	553	3.401
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	45					45
RESULTADO ANTES IMPOSTOS	2.923	742	-	(1.818)	553	3.447
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(1.241)	(742)				(499)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(553)				(553)	-
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	(83)					(83)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.046	-	-	(1.818)		2.864

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL (R\$ Milhões)	6M13	Reclassificações				6M13
	Contábil	Hedge Fiscal ¹	Recup. Crédito ²	amort. do ágio ³	Part. no Lucro	Gerencial
MARGEM FINANCEIRA BRUTA	14.474	(1.415)	793			15.096
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(7.366)		(793)			(6.573)
MARGEM FINANCEIRA LÍQUIDA	7.108	(1.415)	-		-	8.523
Receitas de Prest. de Serviços e Tarifas Bancárias	5.214					5.214
Despesas Gerais	(9.227)	-	-	(1.818)	474	(7.883)
Despesas de Pessoal	(3.014)				474	(3.488)
Outras Despesas Administrativas	(6.214)			(1.818)		(4.395)
Despesas Tributárias	(1.394)	132				(1.526)
Resultados de Part. em Coligadas e Controladas	5					5
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(1.335)					(1.335)
RESULTADO OPERACIONAL	371	(1.282)	-	(1.818)	474	2.998
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	199					199
RESULTADO ANTES IMPOSTOS	570	(1.282)	-	(1.818)	474	3.197
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	1.151	1.282				(131)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(474)				(474)	-
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	(138)					(138)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.110	-	-	(1.818)	-	2.929



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL (R\$ Milhões)	2T14	Reclassificações				2T14
	Contábil	Hedge Fiscal ¹	Recup. Crédito ²	amort. do ágio ³	Part. no Lucro	Gerencial
MARGEM FINANCEIRA BRUTA	7.657	380	591			6.686
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.043)		(591)			(2.451)
MARGEM FINANCEIRA LÍQUIDA	4.615	380	-		-	4.235
Receitas de Prest. de Serviços e Tarifas Bancárias	2.683					2.683
Despesas Gerais	(4.666)	-	-	(909)	275	(4.032)
Despesas de Pessoal	(1.513)				275	(1.788)
Outras Despesas Administrativas	(3.153)			(909)		(2.244)
Despesas Tributárias	(838)	(57)				(782)
Resultados de Part. em Coligadas e Controladas	0					0
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(444)					(444)
RESULTADO OPERACIONAL	1.350	323	-	(909)	275	1.661
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	37					37
RESULTADO ANTES IMPOSTOS	1.386	323	-	(909)	275	1.697
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(554)	(323)				(230)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(275)				(275)	-
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	(30)					(30)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	528	-	-	(909)		1.437

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL (R\$ Milhões)	1T14	Reclassificações				1T14
	Contábil	Hedge Fiscal ¹	Recup. Crédito ²	amort. do ágio ³	Part. no Lucro	Gerencial
MARGEM FINANCEIRA BRUTA	8.141	486	655			7.000
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.001)		(655)			(2.346)
MARGEM FINANCEIRA LÍQUIDA	5.140	486	-		-	4.654
Receitas de Prest. de Serviços e Tarifas Bancárias	2.633					2.633
Despesas Gerais	(4.606)	-	-	(909)	278	(3.974)
Despesas de Pessoal	(1.482)				278	(1.760)
Outras Despesas Administrativas	(3.124)			(909)		(2.214)
Despesas Tributárias	(834)	(68)				(767)
Resultados de Part. em Coligadas e Controladas	(0)					(0)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(806)					(806)
RESULTADO OPERACIONAL	1.528	419	-	(909)	278	1.741
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	9					9
RESULTADO ANTES IMPOSTOS	1.537	419	-	(909)	278	1.749
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(687)	(419)				(269)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(278)				(278)	-
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	(53)					(53)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	518	-	-	(909)		1.428

1. Hedge Fiscal: de acordo com as regras fiscais brasileiras, o ganho (perda) com a variação cambial dos investimentos em moeda estrangeira não é tributável (dedutível). Esse tratamento fiscal leva a exposição cambial na linha de impostos. Uma posição de hedge de câmbio foi montada com o objetivo de tornar o Lucro Líquido protegido contra as variações cambiais relacionadas com esta exposição cambial na linha de impostos.

2. Recuperação de Crédito: Reclassificada da linha de receita de operações de crédito para provisões de crédito.

3. Amortização de Ágio: Reversão das despesas com amortização de ágio.

